

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. Definição do objeto

Contratação de empresa para prestar serviços de vigilância eletrônica, com sensor de presença, para os cartórios eleitorais que compõem a Justiça Eleitoral Catarinense e anexo II do TRE-SC, da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª regiões.

### 2. Fundamentação da Contratação

Faz-se necessária a contratação de serviço de vigilância eletrônica para suportar a demanda, com o objetivo de cumprir o disposto na Resolução CNJ n. 435 de 28/10/2021, sobre a política e o sistema nacional de segurança do Poder Judiciário.

### 3. Descrição da solução

Contratação de empresa para prestar serviços de vigilância eletrônica, com sensor de presença, para os cartórios eleitorais que compõem a Justiça Eleitoral Catarinense e anexo II do TRE-SC, da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª regiões, conforme abaixo descrito:

1ª REGIÃO			
MUNICÍPIO	LOCAL	ENDEREÇO	TELEFONE
Biguaçu	2ª	Rua Hermógenes Prazeres, 277, Centro, Biguaçu - SC, CEP 88160-152.	48 3251-7402
Florianópolis	Anexo II	Rua Esteves Júnior, 157	48 3251-3821 / 48 9965-8772
Palhoça	24ª e 107ª	Rua Najla Carone Guedert, 951, Parque Residencial Pagani, Passa Vinte, Palhoça - SC, CEP 88132-150, CEP: 88132-150.	48 9 8812-9773 / 48 3251-7424
São João Batista	53ª	Rua Ex Combatente Narciso Cim, 92, térreo, Centro, São João Batista - SC, CEP 88240-000.	48 9 8805-4840 / 48 3251-7453
Santo Amaro da Imperatriz	67ª	Rua Pedro Mansur Elias, 25 - Sala 01, Centro, Santo Amaro	48 9 8806-7384 / 48 3251-7467

		da Imperatriz - SC, CEP 88140-000.	
Tijucas	31ª	Rua Alexandre Ternes Neto, 144, Centro, Tijucas - SC, CEP 88200-000.	48 9 8813-7758 / 48 3251-7431

2ª REGIÃO			
MUNICÍPIO	LOCAL	ENDEREÇO	TELEFONE
Araranguá	1ª	Avenida Coronel João Fernandes, 1234, Urussanguinha, Araranguá - SC, CEP 88905-478.	48 9 8807-6280 / 48 3251-7401
Braço do Norte	44ª	Rua Bernardo Locks, 148, 2º Andar, Sala 208, Centro, Braço do Norte - SC, CEP 88750-000.	48 9 88054212 / 48 3251-7444
Criciúma	10ª, 92ª, 98ª	Av Getúlio Vargas, 361, Centro, Criciúma - SC, CEP 88801-500.	48 3251-7410 / 48 9 8808-3028  48 9 8808-3357 / 48 3251-7492  48 3251-7498 / 48 9 880 -84754
Içara	79ª	Rua Vitória, 201, Centro, Içara - SC, CEP 88820-000.	48 3251-7479 / 48 98808-1566
Imaruí	62ª	Rua Antônio Bittencourt Capanema, s/n, Centro, Imaruí - SC, CEP 88770-000.	48 3251-7462 / 48 9 8806-1409
Imbituba	73ª	Rua Nereu Ramos, 346, Centro, Imbituba - SC, CEP 88780-000.	48 3251-7473 / 48 9 8807-0382
Laguna	20ª	Rua Coronel Fernandes Martins, 470, Bairro Progresso, Centro	48 3251-7420 / 48 9 8811-9642

		Executivo Milenium, Progresso, Laguna - SC, CEP 88790-000.	
Orleans	23ª	Rua Antônio da Silva Cascaes, 140, Ed Teresa Cristina, Conde, Orleans - SC, CEP 88870-000.	48 3251-7423 /48 9 8812-8065
Sombrio	54ª	Rua Santo Antônio, 204, Centro, Sombrio - SC, CEP 88960-000.	48 3251-7454 /48 9 8805-8343
Tubarão	33ª, 99ª	Av Marcolino Martins Cabral, 1315, Praça Shopping, 2 Andar, Centro, Tubarão - SC, CEP 88701-105.  -Av Marcolino Martins Cabral, 1315, Centro, Tubarão - SC, CEP 88701-000.	48 3251-7433 /48 988045453  48 3251-7499 /48 9 8809-0873
Turvo	42ª	Rua Afonso Colodel, 19, Sala 2, Edifício América, Cidade Alta, Turvo - SC, CEP 88930-000.	48 3251-7442 /48 9 8805-2543
Urussanga	34ª	Rua Vidal Ramos, 159, Edifício Belas Artes, Sala 1, Centro, Urussanga - SC, CEP 88840-000.	48 3251-7434 /48 9 8805-1711

3ª REGIÃO			
MUNICÍPIO	LOCAL	ENDEREÇO	TELEFONE
Balneário Camboriú	56ª e 103ª	Rua 2850, N. 470, Ed. San Salvatore, Centro, Balneário Camboriú - SC, CEP 88330-363	48 3251- 7456 /47 9 8816-7104
Balneário Piçarras	68ª	Av Getúlio Vargas, 123, Centro, Balneário Piçarras - SC, CEP 88380-000	48 3251-7468 /47 9 8818-3693

Blumenau	3ª e 88ª	Praça Victor Konder, N. 60, Centro, Centro, Blumenau - SC, CEP 89010-150	48 3251-7403 /47 9 8812-3983  48 3251-7488 /47 9 8826-4173
Brusque	5ª e 86ª	Rua Humberto Mattioli, 78, Centro, Brusque - SC, CEP 88350-140	48 3251-7405 /47 9 8812-5787  48 3251-7486 /47 9 8822-2394
Gaspar	64ª	Rua Jackceia de Andrade, N. 66, Sete de Setembro, Gaspar - SC, CEP 89114-8200	48 3251-7464 /47 9 8818-2226
Ibirama	14ª	Rua Doutor Getúlio Vargas, 560 - Sala Térrea, Centro, Ibirama - SC, CEP 89140-000	48 3251-7414 /47 9 8813-1894
Indaial	15ª	Rua Marechal Floriano Peixoto, 35, Edifício Menke, Loja 10, Centro, Indaial - SC, CEP 89080-063	48 3251-7415 /47 9 8813-3814
Itapema	91ª	Avenida Nereu Ramos, N. 1180, Centro, Itapema - SC, CEP 88220-000	48 3251-7491 /47 9 8827-9328
Itajaí	16ª e 97ª	Avenida José Eugênio Muller, 406, Centro, Itajaí - SC, CEP 88303-170	48 3251-7416 /47 9 8813-5376  48 3251-7497 /47 9 8833-1702
Ituporanga	39ª	Rua João Steffens, 425, Seminário, Ituporanga - SC, CEP 88400-000	48 3251-7439 /47 9 8815-7814
Navegantes	106ª	R. Anibal Gaya, N. 525, Centro, Navegantes - SC, CEP 88370-474	48 3251-7489 /47 9 8819-2916

Joinville	19 <sup>a</sup> , 76 <sup>a</sup> , 95 <sup>a</sup> , 96 <sup>a</sup> , 105 <sup>a</sup>	R. Jaguaruna, 38, Centro, Joinville - SC, CEP 89201-450	48 3251-7419 /47 9 8813-9344  48 3251-7476 /47 9 8819-1530  48 3251-7495 /47 9 8829-8312  48 3251-7496 /47 9 8832-4236  48 3251-7475 /47 9 8835-2259
Rio do Sul	26 <sup>a</sup> , 102 <sup>a</sup>	R Júlio Roussenq Filho, 265, Jardim América, Rio do Sul - SC, CEP 89160-196	48 3251-7426 /47 9 8814-3125  48 3251-7472 /47 9 8834-3344
São Francisco do Sul	27 <sup>a</sup>	R Barão do Rio Branco, 377, Sl. 300, Centro, São Francisco do Sul - SC, CEP 89240-000	48 3251-7427 /47 9 8815-1072
Taió	46 <sup>a</sup>	Rua Carril Pflanze, N. 69, Centro, Centro, Itaiópolis - SC, CEP 89340-000	48 3251-7438 /47 9 8815-6178
Trombudo Central	57 <sup>a</sup>	R Getúlio Vargas, 411, Cidade Alta, Trombudo Central - SC, CEP 89176-000	48 3251-7457 /47 9 8817-1199

<b>4ª REGIÃO</b>			
MUNICÍPIO	LOCAL	ENDEREÇO	TELEFONE
Guaramirim	60ª	Rua 28 de Agosto, 420, Sala 1, Nova Esperança, Guaramirim - SC, CEP 89270-000.	48 3251-7460 /47 9 8817-5446
Itaiópolis	38ª	Rua Carril Pflanze, 69, Centro, Itaiópolis - SC, CEP 89340-000.	48 3251-7438 /47 9 8815-6178
Jaraguá do Sul	17ª, 87ª	Rua Angelo Schiochet, N. 90, Centro, Jaraguá do Sul - SC, CEP 89251-520.	48 3251-7417 /47 988136047  48 3251-7487 /47 9 8824-2394
Mafra	22ª	Avenida Cel. José Severiano Maia, 548, Nossa Senhora Aparecida, Mafra - SC, CEP 89300-333.	48 3251-7422 /47 9 8814-2276
Papanduva	81ª	Rua Nereu Ramos, 2983, Salas 10 e 11, Centro, Papanduva - SC, CEP 89370-000.	48 3251-7481 /47 9 8821-6846
Porto União	25ª	Rua Matos Costa, 344, Centro, Porto União - SC, CEP 89400-000.	48 3251-7425 /42 9 8811-4037
São Bento do Sul	30ª	Rua Henrique Schwarz, 554, Sala 4, Centro, São Bento do Sul - SC, CEP 89280-115.	48 3251-7430 /47 9 8815-1580
Rio Negrinho	74ª	Rua Prefeito Hugo Fischer, 242, Sala 2, Rio Negrinho - SC, CEP 89297-512.	48 3251-7474 /47 9 8818-8795
Timbó	32ª	Travessa Heinrich Eilers, 172, Centro, Timbó - SC, CEP 89120-000.	483251-7432 /47 9 8815-3986

5ª REGIÃO			
MUNICÍPIO	LOCAL	ENDEREÇO	TELEFONE
Anita Garibaldi	52ª	Avenida Eduardo Salmoria 485, Centro, Anita Garibaldi - SC, CEP 88590-000	48 3251-7452 /49 9 8805-4821
Bom Retiro	4ª	R Anita Garibaldi, 343, Loja 01, Térreo., Centro, Bom Retiro - SC, CEP 88680-000	48 3251-7404 /49 9 8800-0239
Caçador	6ª	R Victor Baptista Adami, 919, Sala 01, Centro, Caçador - SC, CEP 89500-196	48 3251-7406 /49 9 8800-1815
Campos Novos	7ª	Rua Marechal Floriano, 234 - Sala 2, Centro, Campos Novos - SC, CEP 89620-000	48 3251-7407 /49 9 8800-6780
Capinzal	37ª	Rua Narciso Barison, 171, Centro, Capinzal - SC, CEP 89665-000	48 3251-7437 /49 9 8803-1048
Concórdia	9ª, 90ª	R Ângelo Ari Biezes, N. 69, Térreo, Centro, Concórdia - SC, CEP 89700-194	48 3251-7409 /49 9 8800-8703 48 3251-7490 /49 9 8870-8504
Curitibanos	11ª	Avenida Advogado Sebastião Calomeno, 140, Sao Francisco, Curitibanos - SC, CEP 89520-000	48 3251-7411 /49 9 8801-0199
Fraiburgo	77ª	Rua Albano Burguer, 45, Sala 03, São José, Fraiburgo - SC, CEP 89580-000	48 3251-7477 /49 9 8869-9568
Joaçaba (próprio)	18ª, 85ª	Avenida XV de Novembro, N. 12, Térreo, Sala 02, Centro, Joaçaba - SC, CEP 89600-000	48 3251-7418 /49 9 8801-2612

			48 3251-7485 /49 9 8870-3813
Joaçaba (locado)	18ª, 85ª	Rua Felipe Schmidt, 57, Centro, Joaçaba - SC, CEP 89600-000	48 3251-7418 /49 9 8801-2612  48 3251-7485 /49 9 8870-3813
Lages	21ª, 93ª, 104ª	Avenida Belizário Ramos, 3.800, Bloco B, Centro, Lages - SC, CEP 88502-100	48 3251-7421 /49 9 8801-7273  48 3251-7493 /49 9 8871-2360  48 3251-7440 /49 9 8871-8569
Santa Cecília	51ª	Av XV de Novembro S/n Esq. Rua Antônio Carlos de Medeiros 5, Centro, Santa Cecília - SC, CEP 89540-000	48 3251-7451 /49 9 8805-4298
São Joaquim	28ª	Rua Boanerges Pereira de Medeiros, N.13, Centro, São Joaquim - SC, CEP 88600-000	48 3251-7428 /49 9 8801-9387
Seara	61ª	Rua Sétimo Casarotto, N. 98. Sala 2., Centro, Seara - SC, CEP 89770-000	48 3251-7461 /49 9 8805-9529
Tangará	47ª	Rua Ademar de Barros, N. 230, Térreo, Centro, Centro, Tangará - SC, CEP 89642-000	48 3251-7447 /49 9 8804-8752
Videira	36ª	Rua Saul Brandalise, N.1531, Edifício San Francisco, Sala 03, Santa Tereza, Videira - SC, CEP 89560-290	84 3251-7436 /49 9 8802-8840

A contratação solicitada deve abranger o fornecimento de 1 (um) sistema de alarme eletrônico e os serviços de monitoramento e de atendimento de emergência, para cada local do quadro acima, nas condições a seguir descritas:

#### SISTEMA DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO:

a) locação, instalação e programação de 1 (um) sistema de monitoramento eletrônico, compreendendo o fornecimento de todos os componentes necessários ao seu adequado funcionamento, de acordo com a seguinte relação:

a.1) 1 (uma) central de alarme com sensores infravermelhos em número suficiente para cobertura das salas ocupadas, 1 (um) receptor, 1 (um) transmissor, 1 (um) teclado de programação e operação, 1 (um) botão de chamada de urgência (botão de pânico), 2 (duas) sirenes, 1 (uma) fonte, 1 (uma) bateria, fiação e demais dispositivos necessários à instalação;

a.2) 1 (um) discador automático (ou modem) para a conexão da central de alarme com o sistema de monitoramento e gerenciamento dos registros de acesso e de alarme do prédio;

a.3) 1 (um) sistema compartilhado de monitoramento e gerenciamento dos registros de acesso e de alarme do prédio (unidade de operação);

b) a central de alarme deverá permitir a programação de senhas individualizadas, além de possibilitar o registro eletrônico de todas as operações efetuadas pelos usuários registrados, tais como acionamento e desativação do sistema, devendo, ainda, emitir sinal de disparo do alarme para as sirenes e para a unidade de operação;

c) a central de alarme deverá permitir a emissão de sinal diferenciado para o computador da unidade de operação originado por um dispositivo de emergência (botão de pânico), o qual deverá ser instalado nas dependências do prédio monitorado;

d) o sistema compartilhado de monitoramento e de gerenciamento deverá ser operado por profissional especializado, o qual deverá atender às exigências mínimas de segurança dos dados e das instalações; e

e) a comunicação da central de alarme com o computador da unidade de operação deverá ser off line, devendo o operador do sistema trabalhar em conjunto com o patrulhamento móvel, durante 24 (vinte e quatro) horas diárias ininterruptas, incluindo sábados, domingos e feriados.

#### SERVIÇO DE MONITORAMENTO E DE ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA:

a) monitoramento eletrônico das dependências do imóvel durante as 24 (vinte e quatro) horas diárias, incluindo sábados, domingos e feriados, utilizando o sistema locado e instalado pela empresa contratada;

b) após o disparo do alarme, identificação exata do setor violado (dependência do prédio monitorado) pela unidade de operação;

c) identificação imediata dos usuários pelo sistema monitorado e emissão de relatório detalhado sobre os eventos ocorridos (disparos do alarme e operações de acionamento e desarme), contendo data, hora e identificação dos usuários, atendendo à solicitação formal do Cartório responsável;

d) atendimento de emergência imediato, através de patrulhamento móvel, obedecendo à seguinte rotina:

d.1) disponibilidade de viatura caracterizada, com pessoal devidamente treinado e equipado, para o atendimento de emergências ocorridas em qualquer hora do dia ou da noite, incluindo sábados, domingos e feriados, as quais compreendem: violação, ou tentativa de violação, por pessoa não autorizada, de qualquer dependência monitorada; chamadas dos servidores em situação de emergência que os impeçam de contatar a polícia local, tais como incêndio, assalto ou emergências médicas; e, vigilância suplementar, enquanto não restaurado o acesso danificado;

d.2) verificação in loco do prédio monitorado depois de sinalizado o disparo do alarme na unidade de operação ou do chamado de emergência dos servidores;

d.3) quando da constatação da violação das dependências monitoradas, o operador do sistema ou o funcionário da empresa que efetuar o patrulhamento móvel, deverá contatar primeiramente a polícia local e só após, com a presença do policiamento, o servidor do TRE-SC responsável pelo Cartório Eleitoral, a fim de que sejam tomadas as providências cabíveis, devendo assegurar a inviolabilidade das dependências;

d.4) vigilância presencial nas dependências quando danificada alguma vedação (portas e janelas, ou o rompimento de qualquer outro obstáculo) em virtude da violação ou da tentativa de violação dos ambientes sob monitoração, devendo a empresa manter no local vigilância permanente enquanto providenciados os reparos necessários, os quais serão providenciados pelo TRE-SC, e concluídos em até 12 (doze) horas após o registro do evento na unidade de operação.

### **3.1. Estudo Técnico Preliminar**

O estudo técnico preliminar está juntado ao PAE n. 8.557/2024

### **3.2. Marcas e Modelos / Códigos de Referência**

Não se aplica a esta contratação.

### **3.3. Códigos SIASG**

Prestação de serviço de vigilância eletrônica – 24h diuturnas - sáb/dom/feriados: 23868.

## **4. Requisitos da contratação**

Considerando que se trata de atividade de suporte/apoio, entende-se que os requisitos funcionais são as atividades relacionadas aos serviços necessários para executar as atividades, compreendendo: a instalação de sistema de alarme, em todos os pontos de entrada dos imóveis, a fim de permitir maior segurança, em caso de arrombamento, em horários de não funcionamento.

Na execução dos serviços a empresa deve sempre manter o sistema de monitoramento em funcionamento e sempre garantir o atendimento de emergência, quando for acionado.

A contratação deverá observar o cumprimento das exigências legais no que se refere às normas trabalhistas, previdenciárias e do fundo de garantia.

Em caso da necessidade de atendimento presencial, nos casos de impossibilidade do conserto do sistema, a empresa deve ter autorização de funcionamento expedida pelo Ministério da Justiça, para atuação no Estado de Santa Catarina, na forma da Lei n. 7.102, de 20 de junho de 1983, e Certificado de Segurança expedido pelo Departamento de Polícia Federal, conforme Portaria nº 3233, de 10/12/2012, o qual passou a ser expedido juntamente com a Autorização de funcionamento ou de Revisão.

## **5. Modelo de execução do objeto**

### **5.1. Prazos**

A prestação dos serviços deverá ser iniciada no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento, pela Contratada, da autorização emitida pela gestão contratual.

### **5.2. Local de entrega ou prestação dos serviços**

Locais relacionados no item 3.

### **5.3. Recebimento provisório e definitivo**

Após a averiguação do cumprimento das obrigações previstas no instrumento contratual, os serviços serão recebidos provisoriamente, pelos fiscais do contrato e, após, definitivamente, pelo gestor do contrato:

a) O recebimento provisório ocorrerá no 1º dia útil subsequente ao término do mês a que se refere a prestação dos serviços.

b) o recebimento definitivo dar-se-á em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela Contratada, hipótese em que o prazo terá seu início contado a partir do saneamento de todas as pendências.

### **5.4. Pagamento**

O pagamento será feito em favor da Contratada, mensalmente, mediante depósito bancário, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja fator impeditivo imputável à Contratada.

Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo do objeto.

### **5.5. Garantia do objeto**

Não se aplica a esta contratação.

### **5.6. Vigência da contratação**

O Contrato terá vigência por 5 (cinco) anos, a partir da data da sua assinatura, prorrogável até o limite decenal, nos termos do art. 107 da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

Justifica-se a vigência inicial plurianual, em razão da potencial redução de custos advinda de um contrato com prazo de duração maior, decorrente dos seguintes fatores:

- a) racionalização do dispêndio de recursos com a realização de procedimentos licitatórios e de prorrogação contratual; e
- b) aumento da competitividade, em face da atratividade do objeto para o mercado, refletindo nos valores cotados.

### **5.7. Obrigações da Contratante**

5.7.1. Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no procedimento de contratação.

5.7.2. Promover, por meio da equipe designada no item 6.2, a gestão do Contrato:

5.7.3. Emitir pareceres no processo administrativo referente à execução dos serviços, em especial quanto à aplicação de sanções e alterações contratuais.

5.7.4. Comprovar e relatar, por escrito, as eventuais irregularidades na execução dos serviços.

5.7.5. Comunicar à contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços.

5.7.6. Exigir da contratada, a qualquer tempo, a comprovação das condições de habilitação exigidas nessa contratação.

### **5.8. Obrigações da Contratada**

5.8.1. executar o objeto nas condições estipuladas neste Termo de Referência e em sua proposta;

5.8.2. iniciar a prestação dos serviços na data estabelecida pelo gestor da contratação, a qual será comunicada à Contratada com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis;

5.8.3. fornecer, todo o sistema de alarme, monitoramento e gerenciamento, em conformidade com o descrito nos itens anteriores, bem como prestar todos os serviços necessários ao seu adequado funcionamento, responsabilizando-se pela correta INSTALAÇÃO, PROGRAMAÇÃO e OPERAÇÃO do sistema;

5.8.4. responsabilizar-se por todos os danos causados pela inadequada instalação do sistema de alarme, bem como por qualquer dano provocado às instalações do Imóvel em virtude dos serviços executados em suas dependências pelos profissionais da contratada;

5.8.5. fornecer todos as informações solicitadas pelo TRE-SC quanto aos registros dos acessos e disparos do alarme ocorridos no último ano, no prazo máximo de 2 (duas) horas, contados do recebimento da solicitação;

5.8.6. possuir autorização de funcionamento expedido pelo Ministério da Justiça, para atuação no Estado de Santa Catarina, na forma da Lei n. 7.102, de 20 de junho de 1983, e Certificado de Segurança expedido pelo Departamento de Polícia Federal, conforme Portaria 3.233 de 10 de dezembro de 2012, o qual passou a ser expedido juntamente com a Autorização de funcionamento ou de Revisão;

5.8.7. comprovar a formação técnica específica dos vigilantes (para o atendimento de emergência), oferecida através dos certificados de aprovação em curso de vigilante, expedidos por entidades devidamente autorizadas pelo Ministério da Justiça, por seu órgão competente ou mediante convênio com as Secretarias de Segurança Pública dos Estados e Distrito Federal;

5.8.8. fornecer uniformes e crachás de identificação aos vigilantes que atuarem no atendimento de emergência, bem como prover-lhes de veículos caracterizados em perfeito estado de conservação e uso para o patrulhamento móvel;

5.8.9. garantir a operação do sistema de monitoramento e de atendimento de emergência, sem a interrupção, incluindo a possibilidade de manutenção dos equipamentos e sistemas;

5.8.10. manter o sistema funcionando nas 24 (vinte e quatro) horas diárias, incluindo sábados, domingos e feriados, ininterruptamente; excetuados os casos em que houver a necessidade de manutenção preventiva e corretiva, as quais deverão ser executadas durante o horário de expediente do prédio monitorado;

5.8.11. disponibilizar serviço de vigilância suplementar para as dependências desprotegidas quando da impossibilidade de conserto da central de alarme ou do sistema de monitoramento e consequente interrupção do funcionamento destes, até o completo restabelecimento do sistema;

5.8.12. responsabilizar-se pela manutenção preventiva e corretiva do sistema, incluindo o fornecimento e a substituição das peças danificadas, correndo por conta da empresa qualquer despesa com os materiais empregados e com os serviços executados;

5.8.13. relatar, diretamente aos respectivos responsáveis elencados no item 6.2, qualquer irregularidade verificada nos locais sob sua vigilância;

5.8.14. orientar os fiscais que efetuarem o atendimento de emergência para que registrem a ocorrência em formulário próprio, o qual deverá ser remetido ao Cartório Eleitoral, para que sejam tomadas as providências cabíveis;

5.8.15. responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados no local de trabalho;

5.8.16. substituir qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento no atendimento de emergências ou na operação do sistema sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse do Serviço Público; e

5.8.17. não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato, sem prévia anuência do Contratante.

#### **5.9. Transferência de conhecimento**

Não se aplica a esta contratação.

#### **5.10. Direitos autorais**

Não se aplica a esta contratação.

#### **5.11. Qualificação técnica ou formação dos profissionais envolvidos na execução**

Não se aplica a esta contratação.

### **6. Modelo de gestão do contrato**

#### **6.1. Gestão de contrato**

6.1.1. Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

a) coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial;

b) acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;

c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

d) coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

e) coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente às unidades competentes, para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;

f) elaborar o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, com as informações obtidas durante a execução do contrato;

g) coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico, administrativo e setorial;

h) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;

i) realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e

j) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

6.1.2. Caberá ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

a) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências;

b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

c) emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

d) informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

e) comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;

f) fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;

g) comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

h) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal administrativo e com o setorial;

i) auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e

j) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

6.1.3. Caberá ao fiscal administrativo do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

a) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

b) verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

c) examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;

d) atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

e) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal técnico e com o setorial;

f) auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e

g) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

6.1.4. Caberá ao fiscal setorial do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto exercer as atribuições de que tratam os subitens 6.1.2 e 6.1.3.

## 6.2. Gestão e fiscalização

	Titular ou substituto das unidades
Gestor da contratação	Seção de Apoio Administrativo
Fiscais técnicos	Agentes de Segurança do TRE-SC
Fiscais setoriais	Chefes de Cartório, em relação às Zonas Eleitorais e Coordenadoria de Pessoal, em relação ao prédio Anexo II
Fiscais administrativos	Seção de Gerenciamento de Contratações Seção de Preparação de Pagamentos e Análise Tributária

## 6.3. Instrumentos Formais

A contratação será formalizada por instrumento de contrato.

#### **6.4. Acompanhamento do Contrato**

Os serviços são de execução contínua, com faturamento mensal, e serão fiscalizados pela equipe designada no item 6.2.

#### **6.5. Alocação de riscos**

Não se aplica a esta contratação.

#### **7. Critérios de medição e de pagamento**

Não se aplica a esta contratação.

#### **8. Reajuste ou repactuação**

Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados após 1 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, utilizando-se, para o cálculo, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado na ocasião, ou, na hipótese de extinção deste índice, utilizar-se-á o que venha a substituí-lo.

#### **9. Forma e critérios de seleção do fornecedor**

##### **9.1. Parcelamento e adjudicação**

Em conformidade com o Planejamento de Contratações deste Tribunal, que uniformizou as vigências dos contratos e previu o agrupamento das Unidades da Justiça Eleitoral de Santa Catarina em seis regiões, baseadas em critério geográfico, optou-se pela contratação dos serviços por região. Foram consideradas, ainda, na opção pelo agrupamento dos serviços por região, tanto a racionalização de recursos e processos quanto tornar o objeto mais atraente, com vistas a estimular a participação de maior número de empresas no certame.

Assim, cada região formará um grupo que corresponderá a um item da licitação, de modo que a adjudicação do objeto será por item (região).

##### **9.2. Seleção do fornecedor**

O fornecedor será selecionado conforme o atendimento dos requisitos de habilitação, bem como a disponibilidade e o interesse na prestação dos serviços, nas condições estipuladas pelo contratante.

###### **9.2.1. Critérios de habilitação**

Em relação à **Habilitação Jurídica**, deverá ser exigida autorização do Ministério da Justiça, para atuação no Estado de Santa Catarina, na forma da Lei n. 7.102, de 20 de junho de 1983, e Certificado de Segurança expedido pelo Departamento de Polícia Federal, conforme Portaria nº 3233, de 10/12/2012, o qual passou a ser expedido juntamente com a Autorização de funcionamento ou de Revisão.

Em relação à **Qualificação Técnica**, considerando a natureza do objeto, deverá ser exigido:

a) um ou mais atestados que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior;

b) declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

b.1) fica assegurado ao licitante o direito de realização de vistoria prévia ao local, mediante agendamento junto aos Cartórios Eleitorais e ao responsável pelo Anexo II, por e-mail ou telefone.

### **9.2.2. Critérios de preferência e de desempate**

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

### **9.2.3. Modalidade de licitação e critério de julgamento**

O objeto pretendido é serviço comum, oferecido por diversos prestadores no mercado, apresentando características padronizadas e usuais, o que justifica, portanto, a utilização da modalidade “Pregão” e do critério de julgamento “Menor Preço”.

## **10. Estimativas do valor da contratação**

O valor orçado no Plano Anual de Contratações para o item relativo à vigilância eletrônica é de R\$ 328.042,34 e com base nos contratos atuais, 037/2019 (regiões 1ª, 2ª e 4ª) e 076/2019 (regiões 3ª e 5ª), o valor estimado para a contratação do objeto deste estudo é aproximadamente R\$ 21.950,90 (vinte e um mil, novecentos e cinquenta reais e noventa centavos) mensais.

## **11. Alinhamento da contratação**

### **11.1. Plano de Contratações Anual**

Anexo I

Item 18 – Vigilância Eletrônica

### **11.2. Plano de Logística Sustentável**

Trata-se de contratação de serviços de vigilância eletrônica para os imóveis localizados na 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Regiões e Anexo II do TRE-SC, com emprego mínimo de materiais. Dessa forma, inexistente conflito com o objeto com o Plano de Logística Sustentável do TRE-SC.

### **11.3. Outros instrumentos**

Faz-se necessária a contratação de serviço de vigilância eletrônica para suportar a demanda, com o objetivo de cumprir o disposto na Resolução CNJ n. 435 de 28/10/2021, sobre a política e o sistema nacional de segurança do Poder Judiciário.

## 12. Adequação orçamentária

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Valor
02.122.0033.20GP.0042	3.3.90.39	R\$ 91.994,40
Total		R\$ 91.994,40

## 13. Descumprimento contratual e penalidades

13.1. Nos termos da Portaria P n. 39/2023, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável, pelas infrações administrativas previstas no subitem 13.1, as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

13.2.1. A sanção de advertência consiste em comunicação formal ao fornecedor que deu causa à inexecução parcial do contrato, conforme previsto na alínea “a” do subitem 13.1.

13.2.1.1. A advertência retira do fornecedor a condição de infrator primário, de modo que, em caso de reincidência, sanção mais severa poderá lhe ser aplicada, devendo ser observado o disposto no subitem 13.3.

13.2.2. A sanção de multa tem natureza pecuniária e poderá ser moratória ou compensatória, observados os seguintes termos:

a) o atraso injustificado na execução do objeto deste Termo de Referência sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), acrescidos de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, a partir do segundo dia de mora, sobre o valor mensal contratado e sua aplicação não dispensa a contratada do cumprimento da obrigação inadimplida;

b) a inexecução parcial do objeto sem extinção contratual sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela não executada do contrato;

c) inexecução parcial do objeto com extinção contratual sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o resultado da multiplicação do valor mensal pelo número de meses restantes para o encerramento da vigência do contrato, a contar do mês do inadimplemento;

13.2.2.1. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções estabelecidas neste Termo de Referência.

13.2.2.2. Ultrapassados 30 (trinta) dias de mora, será avaliada a possibilidade de aplicação da conversão da multa de mora para a compensatória por inexecução contratual.

13.2.2.3. A multa poderá ser aplicada em dobro se o infrator for reincidente, ou seja, se tiver sido sancionado por este Tribunal após decisão transitada em julgado, observando-se o disposto no subitem 13.3.

13.2.2.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo de Referência.

13.2.2.5. A multa aplicada será:

- a) retida cautelarmente dos pagamentos devidos pela Administração e recolhida em definitivo ao Erário, após o trânsito em julgado da decisão que a impôs;
- b) descontada de eventuais faturas pendentes de pagamento;
- c) paga pelo fornecedor por meio de GRU;
- d) descontada do valor da garantia prestada; ou
- e) cobrada judicialmente.

13.2.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, “b” a “g”, pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo ou dar causa à inexecução total do contrato: Prazo - 6 (seis) meses;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Prazo - 1 (um) mês;
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Prazo - 1 (um) mês;
- d) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Prazo - 2 (dois) meses;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Prazo - 2 (dois) meses.

13.2.4. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, “h” a “l”, pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: Prazo - 3 (três) anos;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Prazo - 4 (quatro) anos;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Prazo - 4 (quatro) anos;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Prazo - 5 (cinco) anos;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Prazo - 6 (seis) anos.

13.2.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.2.6. As sanções previstas nos subitens 13.2.3 e 13.2.4 poderão ser majoradas em 10% (dez por cento) para cada agravante, até o limite legal, em razão de:

- a) restar comprovado que o responsável pela infração administrativa tenha registro de penalidade aplicada no âmbito do TRE-SC, por prática de quaisquer das condutas tipificadas no presente Termo de Referência, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;
- b) restar comprovado que o infrator tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;
- c) o licitante ou fornecedor participante da dispensa eletrônica não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo de contratação; ou
- d) restar comprovado que o fornecedor tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

13.2.7. As penas previstas nas alíneas “b” a “e” do subitem 13.2.3 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência das majorações previstas no subitem 13.2.6, quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:

- a) a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha escusável do fornecedor;
- b) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou
- c) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento.

13.2.8. Quando a ação ou omissão do responsável pela infração administrativa ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

13.2.9. A aplicação das sanções previstas no subitem 13.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.2.10. É admitida a reabilitação do licitante ou do contratado sancionado, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

13.2.10.1. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “a” e “e” do subitem 13.2.4 exigirá, como condição de reabilitação do fornecedor sancionado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

13.3. Restará afastada a reincidência após transcorrido 1 (um) ano entre a data do trânsito em julgado da decisão que aplicou a anterior penalidade ao infrator e a data da nova infração.

13.4. O responsável pela infração será intimado para apresentação de defesa e especificação de provas que pretenda produzir, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da intimação.

13.4.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, o infrator poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.4.2. Serão indeferidas pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

13.5. A sanção estabelecida no subitem 13.2.4 é de competência do Presidente do TRE-SC.

13.6. Da aplicação das sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.2 e 13.2.3 caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.6.1. O recurso de que trata o subitem 13.6 será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.7. Da aplicação da sanção prevista no subitem 13.2.4 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.